

Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do “enigma do Centrão”¹

Daniel Marcelino (UnB)

Sérgio Braga (UFPR)

Luiz Domingos (UFPR)

RESUMO: *Mesmo já passados mais de vinte anos da promulgação da Constituição Federal alguns pontos obscuros ainda permanecem entre os principais estudos e interpretações sobre o processo constituinte de 87/88. Enquanto que muitos trabalhos apontam para a heterogeneidade do PMDB como causa dos fatos principais na Constituinte, a análise que propomos sustenta que um dos grandes enigmas não resolvidos não é necessariamente o PMDB, mas sim o “enigma do ‘Centrão’”. O que era o “Centrão”? Quais os parlamentares que dele fizeram parte? Quais os seus posicionamentos mais importantes e as taxas de fracasso e de sucesso de suas propostas? Qual seu peso efetivo no resultado final da Carta? São questões que endereçamos aos estudos revisitados nessa análise.*

ABSTRACT: *Even though after more than twenty years of promulgation Federal Constitution some unclear points remain among the reference studies and interpretations about constitutional process of 87/88. While many studies assume PMDB’s heterogeneity as a cause of major events in the Assembly, our propose analyses argue that one of the great puzzles not resolved is not necessarily the PMDB, but the “Enigma do ‘Centrão’”. What was the so called “Centrão”? What MPs who were part of it? What were their most important positions, rates of failure, and success proposals? What was the importance of the block to the Assembly outcomes? These are remaining questions that we address here to the existing issue studies.*

¹ Agradecemos o cuidado e a paciência que os revisores deste periódico tiveram com nosso trabalho. Temos certeza de que o artigo está bem mais preciso e coerente com a proposta inicial que tivemos. Obrigado.

INTRODUÇÃO²

A passagem dos vinte anos de promulgação da Constituição de 1988 é uma boa ocasião para empreendermos uma reflexão e um balanço crítico sobre o evento que lhe deu origem. Com efeito, apesar de já ter dado ensejo a uma série de estudos, muito trabalho analítico e de pesquisa ainda resta a ser feito sobre o processo de elaboração da Carta Constitucional que atualmente regula o funcionamento da democracia brasileira. Nesse sentido, o objetivo desse texto é realizar um balanço crítico de alguns dos principais trabalhos elaborados sobre a Constituinte de 1987/1988, especialmente aqueles que analisam questões referentes aos perfis de recrutamento e ao comportamento parlamentar dos deputados e senadores que tomaram para deste processo de elaboração constitucional.

Procuramos cumprir tal objetivo nos concentrando na abordagem de um tema em particular que consideramos ainda insuficientemente tratado pela literatura, qual seja, o do perfil de recrutamento e da caracterização do comportamento político daquele agrupamento suprapartidário formado durante os trabalhos constituintes que ficou conhecido como “Centrão”. Com efeito, podem ser formuladas uma série de questões a respeito deste grupo político que, a nosso ver, ainda não foram respondidas de maneira satisfatória pela literatura, como procuraremos ilustrar a seguir. O que era o “Centrão”? Quais os

² Este artigo constitui-se numa versão modificada do *paper* que apresentamos no simpósio “Democracia e Desigualdades”, organizado pelo programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 03 a 05 de setembro de 2008 na cidade de Porto Alegre. Ao elaborarmos este artigo, não tínhamos conhecimento de outros importantes trabalhos publicados posteriormente sobre a Assembléia Constituinte de 1987, tais como os de Adriano Pilatti (PILATTI, 2008) e de André Freitas, Samuel Moura e Danilo Medeiros (FREITAS, MOURA e MEDEIROS, 2009), motivo pelo qual não os comentamos aqui. Agradecemos também as sugestões dos pareceristas anônimos da revista *Política Hoje*.

parlamentares que dele fizeram parte? Quais os seus perfis de recrutamento? Quais os seus posicionamentos mais importantes e as taxas de fracasso e de sucesso de suas propostas? Qual seu peso efetivo no resultado final da Carta? Sem querer responder a todos os enigmas que permanecem por ser decifrados a respeito da origem, da trajetória, do destino e da influência efetiva deste bloco na formatação dos rumos futuros da democracia brasileira, procuraremos neste texto examinar como os diferentes trabalhos publicados sobre o tema caracterizaram os padrões de recrutamento (perfil socioeconômico, trajetória política prévia etc.) e o desempenho em plenário (tal como evidenciado pelo comportamento em votações nominais, auto-imputação ideológica, “notas” atribuídas aos parlamentares) das principais correntes políticas que aglutinaram os deputados e senadores que participaram do processo constituinte, focando-nos especificamente no caso do “Centrão” que será o fio condutor de nosso estudo.

Dado o caráter “esparso” e não sistematizado da literatura sobre a Constituinte de 1988, será útil iniciar este artigo com um breve balanço bibliográfico dos trabalhos mais relevantes sobre o processo constituinte. Assim, a primeira parte do texto apresenta a literatura que aborda, direta ou indiretamente, a Constituinte de 1988. Na segunda parte discutimos algumas das teses sobre os padrões de recrutamento e de comportamento político de alguns dos principais agrupamentos atuantes no processo de elaboração constitucional, à luz das indagações anteriormente formuladas. Esclareça-se desde já no entanto que, como o foco de nossa análise é o estudo do “Centrão” e o cotejo das características deste grupo parlamentar com outros agrupamentos infra e supra-partidários formados durante a Constituinte, não tomaremos os partidos políticos

individualmente considerados como unidades relevantes de análise por motivos que serão melhor esclarecidos abaixo.

ESTUDOS ANTERIORES

Esta seção apresenta um inventário dos principais trabalhos sobre a Constituinte e tem por objetivo também enunciar o contexto analítico do qual afloram alguns dos problemas de pesquisa que procuramos abordar na segunda parte do texto. Para isso, optamos por agrupar os trabalhos que versaram sobre o processo constituinte de 1988 em três rubricas básicas: a) pesquisas sobre perfil social e trajetórias políticas dos parlamentares; b) literatura sobre comportamento político, entendido no sentido amplo do termo; c) outros trabalhos sobre a Constituinte, que buscaram examinar esse evento sob a ótica da ciência política, ou seja, sob uma ótica não estritamente jurídica.

A literatura sobre perfil social e trajetória política dos constituintes de 1987-88.

Inicialmente deve ser mencionado o trabalho de Leôncio Martins Rodrigues, que representa uma tentativa pioneira de analisar a Assembléia e os Constituintes de 1987/1988³. O trabalho foi em grande parte elaborado durante a realização do próprio processo constitucional e consiste num *survey* aplicado a 428 deputados constituintes, exclusive os

³ Resultante de um projeto financiado pelo *Jornal da Tarde* foi publicado com o título de *Quem foi quem na Constituinte; uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*, tendo sido o primeiro de uma série de trabalhos importantes do mesmo autor sobre o perfil social e o recrutamento de atores políticos relevantes (especialmente sobre elites parlamentares e sindicais) que tiveram grande influência na Ciência Política brasileira contemporânea (RODRIGUES, 2002, 2006).

senadores (perfazendo um total altamente significativo de 88,0% do Congresso Constituinte). O autor aborda quatro temas principais, fornecendo informações sistemáticas sobre cada um deles: (i) a distribuição das forças partidárias na Câmara dos Deputados, e sua variação por região; (ii) as etapas da carreira política e as diferenças observadas entre os diferentes partidos e regiões brasileiras no tocante às trajetórias políticas prévias dos deputados; (iii) o perfil social dos parlamentares, elaborado basicamente a partir das distribuições das profissões por partidos e regiões; (iv) as posições políticas e tendências ideológicas presentes em cada um dos partidos. Como resultado da aplicação do questionário, o autor chega à distribuição dos Constituintes em quatro grupos político-ideológicos mais relevantes: a direita radical (com 0% de deputados autodefinindo-se com direita), centro-direita (37,0%), centro-esquerda (52,0%), esquerda (5,0%). Rodrigues (1987) observa de maneira perspicaz que, numa autodefinição ideológica através das respostas a questionários, os constituintes mais conservadores tendem a ocultar sua real posição no espectro político (definido em termos tradicionais como esquerda, centro, direita)⁴, enquanto que em perguntas de natureza mais substancial (tais como as referentes ao modelo de intervencionismo estatal desejado, posição em relação ao capital estrangeiro e natureza mais ou menos radical de uma reforma agrária), os parlamentares tendem a explicitar com mais clareza seus pontos de vista valorativos. Além disso, outra conclusão importante do autor é a de que: “É possível distinguir, no interior de cada partido, um núcleo dominante que, do ângulo socioprofissional, e em certa medida de classe social, diferencia cada partido [...] e que tem relação com as posições políticas e

⁴ Cf. o quadro seguinte, onde cotejamos os resultados do trabalho de Rodrigues com outras tentativas de imputação do mesmo gênero feitas por outros estudos.

ideológicas predominantes entre seus deputados” (RODRIGUES, 1987: 87).

Podemos, no entanto, fazer dois pequenos reparos ao trabalho de Rodrigues (1987). O primeiro deles refere-se à “metodologia da autoimputação” empregada pelo autor que via de regra obscurece as polarizações ideológicas à extrema esquerda e à direita, particularmente à direita; o segundo, é o fato do autor limitar a análise do comportamento dos constituintes aos dados coletados nos questionários, não procurando articular de forma mais aprofundada as variáveis de recrutamento com variáveis de comportamento político efetivo dos constituintes, limitando-se a postular uma conexão ou correlação entre estas dimensões, sem demonstrá-la a partir do comportamento efetivamente observado dos parlamentares.

Apenas a título de exemplo dos desajustes que podem levar desenhos de pesquisa que se apóiam excessivamente em *surveys* e na “autoimagem” dos próprios atores sobre sua própria atividade e preferências individuais, podemos destacar as diferenças entre os resultados dos questionários aplicados por Rodrigues (1987) e os resultados de outras pesquisas efetuadas após o término da Constituinte, a partir do comportamento efetivamente observado dos parlamentares em plenário ou da aplicação de outros critérios de imputação político-ideológica.

Bem, o que a tabela acima nos mostra é que o uso de metodologias diversas podem apresentar resultados simetricamente opostos sobre a correlação de forças durante o processo de elaboração constitucional: enquanto no trabalho de Rodrigues (1987) temos uma Assembléia Constituinte predominantemente de “centro-esquerda”,

outros estudos caracterizam uma proporção bastante superior de parlamentares dos campos políticos mais conservadores.

Tabela 1: Auto-imputação X Classificação conforme o comportamento⁵

	Rodrigues (2006)		Folha de São Paulo (1987)		Lima (2002)	
	N	%	N	%	N	%
Direita	0	0,0	67	11,4	183	31,2
Centro-Direita	20	3,4	127	21,6	142	24,2
Centro	153	26,1	175	29,8	63	10,7
Centro-Esquerda	222	37,8	122	20,8	79	13,5
Esquerda	22	3,7	51	8,7	95	16,2
s/i	170	29,0	45	7,7	25	4,3
Total	587	100,0	587	100,0	587	100,0

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

Em seguida ao trabalho de Leôncio Martins Rodrigues, podemos mencionar os textos de Fleischer e da Semprel, agência de *lobby* em Brasília atuante durante os trabalhos constituintes e coordenada por Said Farah. David Fleischer busca basicamente traçar um perfil das 11 bancadas partidárias presentes na Constituinte e desvendar o “enigma do PMDB”, examinando seus diferentes blocos em termos de suas origens partidárias. A vantagem do estudo de Fleischer (1988) sobre o de Rodrigues (1987) é de que este abrange todos os 559 deputados e senadores que participaram do Congresso Constituinte, e não apenas uma amostra de deputados, como o faz Rodrigues (1987).

⁵ Além do livro de Leôncio Martins Rodrigues sobre a Constituinte, utilizamos como fontes para a composição desta tabela o caderno especial publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* sobre a Constituinte de 1987 no momento de instalação dos trabalhos da Assembléia (Folha de São Paulo, 1987), e as tabelas contidas na tese de doutorado de Luziano Pereira Mendes Lima sobre o comportamento político da esquerda ao longo do processo de elaboração constitucional (acima referido como Lima (2002)). Uma versão ligeiramente modificada dessa dissertação seria posteriormente publicada pela editora *Plenarium*, da Câmara dos Deputados (LIMA, 2009).

Aplicando o método da “genealogia partidária”, ou seja, das filiações partidárias anteriores e da relação dos parlamentares constituintes com os sistemas partidários de três grandes subperíodos da história política brasileira (democracia presidencialista de 1946-1964; governos militares ou MDB entre 1965 e 1979; processo de transição para a democracia entre 1979 e 1985), Fleischer (1988) busca mapear o processo de “transformismo político” da elite parlamentar ocorrido no período. Nas palavras do próprio autor, “O dado mais surpreendente desta análise é que a maior bancada nesta Assembléia Constituinte não é o PMDB de hoje, mas, em termos de 1979, a Arena (o então “maior partido do ocidente”). Nada menos do que 217 Constituintes tiveram passagem por esta legenda, que apoiou o regime militar antes de 1980” (Fleischer, 1988, pp. 31)⁶. Através do uso deste procedimento, o autor detecta ainda a existência de “seis PMDBs” (penetras de última hora; penetras de penúltima hora; PMDB autêntico; militância a partir de 1982; outras seqüências e “anjinhos”) e constata o caráter minoritário do

⁶ Deve-se destacar que articulando diversas variáveis de recrutamento tais como genealogia partidária, atividades econômicas, carreira política e renovação parlamentar, Fleischer chega a antecipar dois dos principais eventos políticos do período, formulando um diagnóstico mais preciso da correlação de forças políticas existente na Constituinte do que outros estudos divulgados na mesma época, e praticamente antecipando a formação do “Centrão”. Assim, ao invés de um “PMDB hegemônico” e uma classe política predominantemente de “centro-esquerda” integrada por membros da *intelligentsia* como previam analistas que utilizavam técnicas de *survey* como método de análise, Fleischer detecta com precisão o elevado grau de fragmentação do PMDB, com um grande contingente de constituintes oriundos da antiga Arena, e o forte peso político dos empresários e proprietários na Assembléia. Embora escrito em pleno processo constituinte, o texto prevê as dificuldades que os dispositivos da Comissão de Sistematização (então formada basicamente pela esquerda do PMDB, sob a liderança de Mário Covas) teriam para serem aprovados em plenário, com a reação de setores majoritários da casa que posteriormente se agrupariam no “Centrão”. Ou, nas palavras do próprio autor: “Diante destes dados, fica evidente porque questões como a reforma agrária, a função social da propriedade e as relações capital-trabalho foram tão arduamente disputadas na Constituinte, sem muita perspectiva de mudanças estruturais significativas nestas áreas” (Cf. p. 33).

PMDB mais “autêntico”, contrapondo-se assim as análises que anteviam uma hegemonia incontestada de um PMDB mais homogêneo, de centro-esquerda e formado por uma maioria de deputados recrutada predominantemente na *intelligentsia*.⁷

Já o estudo da agência coordenada por Said Farah (SEMPREL, 1987) consiste basicamente num apanhado geral da correlação de forças da constituinte e em uma reunião de verbetes individuais sobre o perfil social e ideológico de cada um dos constituintes eleitos em 1986. O estudo chega à conclusão de que há quatro forças principais representadas na Constituinte: os liberais-conservadores (grupo majoritário integrado por 35,0% dos senadores e deputados constituintes); a “Direita” (25,0% dos constituintes), os “liberais-reformistas” (21,0%) e, por fim, um grupo minoritário formado por parlamentares de “Esquerda” (12,0%), embora não haja muita clareza na definição dos critérios que levam à inclusão ou exclusão dos parlamentares em cada um destes grupos. Os autores do estudo detectam ainda uma predominância de segmentos empresariais na composição do Congresso Constituinte, com 23% de parlamentares fazendo parte do estrato de “capitalistas urbanos” e 22% dos “capitalistas agrários”.

O trabalho elaborado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP (DIAP, 1988), de ampla difusão no período, assim como as publicações posteriores da instituição, visa basicamente instruir seus eleitores e sindicatos sobre quais são os “aliados” e os “inimigos” dos trabalhadores. O DIAP utiliza basicamente uma análise *ex post facto* do comportamento parlamentar nas questões de

⁷ Ou, nas palavras do próprio autor: “Por estes dados, fica evidente que o PMDB mais histórico/autêntico não contou com mais de uns 190 a 200 constituintes, e mesmo este grupo é bastante heterogêneo” (Fleischer, 1988, pp. 38).

interesse dos trabalhadores, usando a metodologia da “imputação pelo comportamento” com base num leque restrito de questões previamente selecionadas. Entretanto, o trabalho do DIAP abstém-se de efetuar uma avaliação política global do processo constituinte e das características dos perfis dos parlamentares que dele participaram, limitando-se a dar “notas” às várias categorias de deputados segundo seu desempenho nas “questões de interesse dos trabalhadores”, ou seja, aquelas referentes predominantemente a direitos sociais e trabalhistas.

Por fim, devemos destacar o trabalho de Coelho & Oliveira (1989)⁸, que permanece o estudo mais sistemático sobre o comportamento individual dos parlamentares publicado após o término dos trabalhos constituintes. O texto é constituído de três partes: a primeira, contém um resumo da Constituição promulgada a 5 de outubro de 1988 e de suas principais inovações; a segunda, resume o comportamento dos principais partidos políticos em cerca de 25 votações importantes ocorridas durante a constituinte; e a terceira parte, resume a atuação individual de cada parlamentar durante o processo constitucional, assim como um breve comentário sobre a atuação da bancada de cada estado. Embora seja uma importante referência para estudos aprofundados sobre a Constituinte, o livro de Coelho & Oliveira não realiza uma análise propriamente política dos padrões de recrutamento dos partidos, nem do comportamento das principais correntes políticas existentes no plenário constituinte.

Além desses trabalhos que tratam especificamente da Constituinte de 1988, podemos mencionar outros trabalhos importantes que abordam

⁸ Publicado no ano seguinte ao término da Constituinte, o trabalho de Coelho & Oliveira expõe os resultados de um acompanhamento sistemático realizado pelo IDESC sobre a Constituinte, durante o período de sua realização.

a temática do recrutamento político no Congresso Nacional, tais como os textos de André Marengo (2000), Marengo e Serna (2007), Débora Messeberg (2000; 2007), e o próprio Leôncio Martins Rodrigues (2006) já citado.

Em relação aos trabalhos de Messeberg, embora não tenha por objeto específico a Constituinte de 1987-88, a autora fornece dados significativos sobre sua composição. Seu objetivo básico no entanto não é o de examinar os parlamentares como um todo, mas sim o que ela denomina de “elite parlamentar”, ou seja, um subconjunto de parlamentares que controlam os centros decisórios do Congresso e que possuem mais poder e influência que os demais. Isso não significa, no entanto, que os parlamentares que não integrem essa chamada elite parlamentar não tenham poder decisório ou influência nas deliberações em plenário, como aliás pode ser observado pela prática do próprio “Centrão”, agrupamento que se formou na Constituinte em grande parte como reação às deliberações de um segmento da elite parlamentar super-representado na Comissão de Sistematização, e que conseguiu alterar significativamente muitas das decisões tomada por esta elite parlamentar.

Os trabalhos de Marengo (2000) e Marengo e Serna (2007) podem ser considerados desdobramentos e sofisticções do estudo de Leôncio Martins Rodrigues mencionado anteriormente. Os autores também chegam à conclusão de que existem importantes diferenças entre os padrões de recrutamento dos partidos, situados em diferentes pontos do espectro ideológico, ao contrário de uma suposta indiferenciação entre elites partidárias que derivaria da baixa institucionalização dos partidos políticos aos olhos do eleitorado causadas pelo sistema eleitoral personalizado vigente no país. Entretanto, a abordagem de Marengo e Serna difere de Rodrigues em pelo menos dois aspectos fundamentais: i)

na maior ênfase nas variáveis de carreira ou trajetória política, em comparação às variáveis de *background* social, ponto que mais é enfatizado em seu primeiro trabalho; ii) na tentativa de extrair repercussões de perfis parlamentares sobre o *comportamento político* dos diferentes segmentos das elites parlamentares observadas.

Por exemplo, examinando os partidos de esquerda no Brasil e no continente sul-americano, Marengo e Serna (2007) chegam à conclusão de que existem dois tipos básicos de perfis sociais: um, presente nos partidos conservadores, contemplando formação educativa vinculada a profissões liberais e ao mundo empresarial. Outro, mais inclusivo e pluralista, observado em partidos de esquerda, com profissões vinculadas às classes médias e maior proporção de assalariados e integrantes das camadas populares. A principal consequência destes distintos padrões de recrutamento no comportamento político de tais elites parlamentares reside no tipo de vínculo que cada um deles mantém com suas organizações. Assim, nos partidos de esquerda, os vínculos organizacionais e de carreira política dos filiados com os partidos tendem a ser mais sólidos e estáveis, contribuindo para uma maior institucionalização destes partidos, ocorrendo o inverso em partidos conservadores.

Entretanto, os autores não extrapolam as diferenças observadas nos vínculos organizacionais dos filiados com seus partidos para outras dimensões do comportamento político das diferentes agremiações, especialmente a arena parlamentar.

A literatura sobre o comportamento político e parlamentar dos Constituintes de 1987-1988

Dentre os trabalhos que procuram analisar o “comportamento político” dos constituintes de 1987/1988, sem necessariamente vincular esse estudo a uma tentativa de construir um “perfil social” dos mesmos, podemos destacar os trabalhos de Kinzo (1989) onde, com base no estudo do desempenho de cinco “índices” obtidos a partir do comportamento nos partidos nas votações nominais (governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro), busca-se demonstrar que há diferenças importantes no comportamento dos partidos quando se considera as regiões representadas na Constituinte; Mainwaring & Liñan (1998) que estudaram o controverso tema da disciplina partidária reunindo evidências acerca da baixa disciplina dos partidos representados na Constituinte, contrapondo-se a autores que postulam o caráter coeso e/ou disciplinado dos mesmos como Figueiredo e Limongi (1999), e também Lima (2002) que analisa o comportamento da bancada de esquerda durante a Constituinte.

A esse respeito, destacam-se dois trabalhos que buscam articular de alguma forma estes dois blocos de variáveis (perfil sociológico das elites e comportamento efetivamente observado), tais como os de Madeira (2006, 2006a), que examina o comportamento político dos parlamentares anteriormente filiados à Arena e ao MDB durante o regime militar, chegando à conclusão da existência de diferenças significativas no comportamento dos mesmos em plenário constituinte a partir de dados do DIAP; e, finalmente, o trabalho de Bohn (2006) onde a autora retoma o tema das desigualdades regionais no sistema político brasileiro a partir

do estudo do comportamento das bancadas regionais dos partidos políticos em votações nominais relevantes que afetavam a distribuição do poder regional na Constituinte.

Para os nossos fins, devemos destacar que nenhum destes trabalhos busca caracterizar especificamente os padrões de recrutamento e de comportamento político do agrupamento suprapartidário que ficou conhecido como “Centrão”, formado durante a Constituinte para modificar as propostas aprovadas pela Comissão de Sistematização durante a primeira etapa do processo constituinte. Apenas Kinzo tangencia tal temática ao demonstrar o comportamento mais à direita do “Centrão” nas escalas de “governismo” (8,6) e “conservadorismo” (7,9), “democratismo” (4,0), “nacionalismo” (1,7) e “oposição ao sistema financeiro” (1,7)⁹. Entretanto, a autora não examina a relação entre o comportamento político observado dos agrupamentos político-partidários e os padrões de recrutamento das forças políticas representadas na Assembléia, embora aborde com alguma sistematicidade o tema do recrutamento político em outro trabalho, concentrando-se no exame dos deputados estaduais eleitos para a legislatura 1987-1990 (Kinzo, 1993). Diferentemente de Kinzo, portanto, procuraremos nos concentrar no exemplo do “Centrão” e caracterizar com mais precisão esse grupamento político, trabalho que só é efetuado marginalmente pela autora e por outros estudos que se dedicaram à Constituinte de 1987/88.

⁹ A autora se baseia na listagem do DIAP para chegar à conclusão de que ao todo “152 parlamentares participaram do Centrão” ao longo da Constituinte (KINZO, 1989: p. 152), número que, como veremos à frente, está fortemente subestimado.

Outros trabalhos sobre a Constituinte

Além dos trabalhos já citados, podemos mencionar entre a literatura de Ciência Política, os textos de Dreifus (1989), que se concentra no estudo da atuação do empresariado durante o processo de elaboração constitucional, demonstrando a importância da atuação do empresariado como grupo de pressão na Constituinte; Bonavides e Andrade (1989), que fornecem um apanhado geral do contexto da convocação e funcionamento da Constituinte e de algumas das principais características da Carta Constitucional; Baaklini (1993) que nos capítulos de seu livro dedicados à Constituinte faz uma breve menção à sua dinâmica de funcionamento e uma breve análise do “Centrão”; Power (2000), que em seu estudo sobre os partidos de direita no Brasil menciona brevemente a atuação dos parlamentares filiados à antiga Arena durante os trabalhos constituintes; e o trabalho mais recente de Souza (2003), examinando a gênese de alguns dos artigos que compunham o texto constitucional, especialmente os dispositivos do regimento interno e os referentes à forma de governo. Entretanto, não examinaremos esses trabalhos aqui por não estarem estritamente relacionados com as evidências que apresentaremos na segunda parte do texto a seguir.

Dentre os problemas não-resolvidos pela literatura sobre a Constituinte de 1988, podemos mencionar que ainda restam alguns “enigmas” sobre o comportamento parlamentar dos constituintes a serem resolvidos, parafraseando a expressão de David Fleischer ao referir-se no texto citado acima ao “enigma do PMDB” que de fato era o principal problema de pesquisa e que intrigava os analistas políticos que presenciavam contemporaneamente o processo constituinte. Mas, numa

visão retrospectiva, podemos afirmar que um dos grandes enigmas não resolvidos da Constituinte não é necessariamente o do PMDB, mas sim o “enigma do “Centrão”.

Outra lacuna na literatura sobre o período é a da falta de estudos mais sistemáticos que busquem relacionar categorias de “recrutamento” (background social e trajetória política, basicamente) com categorias do “comportamento” efetivo dos constituintes, por exemplo, a partir de seu desempenho nas votações nominais realizadas em plenário. Geralmente essas duas dimensões analíticas estão separadas na literatura, embora essa relação seja constantemente postulada por alguns autores: “Os dados sobre a composição social das bancadas indicam que, de alguma maneira, certos interesses externos da sociedade encontram expressão diferenciada nos partidos por vinculação direta com os parlamentares. Os próprios políticos pertencem a certos segmentos sociais com os quais compartilham espontaneamente interesses e visão de mundo, que influenciam suas orientações, as quais não são exatamente as de seus eleitores” (RODRIGUES, 2006: p. 119).

Mesmo que a demonstração de tal “influência” não seja trivial, a partir do elenco de problemas enumerados acima, podemos definir melhor os objetivos deste texto. Trata-se de tentar dar alguns passos para compreender melhor o “enigma do “Centrão”. Quem era do “Centrão”? Quais os seus perfis de recrutamento? Qual o seu comportamento nem algumas das principais votações nominais ocorridas em plenário? Quais as semelhanças e diferenças dos padrões de recrutamento e de comportamento político dos parlamentares integrantes do “Centrão” vis-à-vis outras correntes políticas significativas representadas na constituinte? Nesse texto, procuraremos apresentar algumas evidências

iniciais que nos permitam uma resposta mais fundamentada a estes problemas.

DADOS DA PESQUISA

A primeira dificuldade metodológica deste estudo é tentar definir o universo de parlamentares que compunham o “Centrão”. Procuramos resolver esse problema cruzando diversas fontes de onde poderiam ser obtidas informações sobre os parlamentares que faziam parte desse grupamento pluripartidário. As principais fontes consultadas foram: i) o perfil do DIAP, contendo a caracterização dos parlamentares que compunham o “Centrão”; ii) os próprios repertórios biográficos e informações constantes no *website* da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989); iii) Os signatários do *Manifesto de Apoio à Resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte*, considerado por muitos analistas a primeira manifestação organizada do “Centrão”;¹⁰ iv) o Resultado da votação nominal da emenda nº. 1 substitutiva ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ocorrida a 4 de dezembro de 1987, e que pode ser considerada a primeira deliberação da qual o “Centrão” saiu vencedor na Assembléia Constituinte, demonstrando sua força política (Cf. *Diário da Assembléia Constituinte*: 4 de Dezembro de 1987: p. 5983/5984).

¹⁰ O Manifesto encontra-se no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, novembro de 1987, p. 5698. Ao todo, 319 constituintes assinaram o “Manifesto”. Entretanto, estes dados devem ser usados com cautela, pois muitos dos signatários de primeira hora do manifesto procuraram se desvincular explicitamente dessa corrente em pronunciamentos posteriores.

O “ENIGMA DO ‘CENTRÃO’”: PADRÕES DE RECRUTAMENTO E DE COMPORTAMENTO POLÍTICO

Deve-se enfatizar que uma das características da Constituinte de 1987/1988, foi o pouco peso (o que não equivale a dizer irrelevância) das clivagens estritamente partidárias devido às características da transição brasileira e à migração partidária em massa de parlamentares que anteriormente apoiavam o regime militar para o PMDB, no ocaso do regime autoritário (Kinzo, 1989). Devido a esse fenômeno, tivemos que introduzir outras categorias potencialmente estruturadoras do comportamento político dos constituintes e que poderiam estar associadas a determinados padrões de comportamento dos diferentes subgrupos de parlamentares.

Sendo assim, a partir do cruzamento dessas diversas fontes, resolvemos adotar como critério para a caracterização dos parlamentares que se conformaram no Centrão *todos os deputados e senadores que votaram a favor da resolução modificando o Regimento Interno* (salvo quando houvesse evidências de que estes parlamentares não eram do “Centrão”), somados àqueles outros parlamentares para os quais, em outras fontes que consultamos, havia indicações expressas de que pertenceram a esse agrupamento suprapartidário.

Podemos observar mais uma vez que os números são bastante divergentes, variando de um mínimo de 136 constituintes integrantes desse agrupamento (a partir de informações constantes nos “Repertórios Biográficos” da Câmara dos Deputados), até um máximo de 290 constituintes que votaram a favor da Emenda modificando o regimento

interno.¹¹ Portanto, O que era o “Centrão”? Quais os parlamentares que dele fizeram parte?

Tabela 2: Parlamentares integrantes do “Centrão”, segundo fontes consultadas

	“Centrão”/DIAP		Favorável à Emenda 1 substitutiva		“Centrão”/Câmara	
PFL	99	45,4	102	35,5	70	0,0
PMDB	75	34,4	127	43,2	47	2,2
PDS	25	11,5	29	10,1	12	8,8
PTB	11	5,0	18	6,3	4	0,0
PDC	4	1,8	6	2,1	3	51,5
PCdoB	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PDT	1	0,5	1	0,3	0	34,6
PL	3	1,4	6	2,1	0	0,0
PCB	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PSB	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PT	0	0,0	0	0,0	0	2,9
PTR	0	0,0	1	0,3	0	0,0
Total	218	100,0	290	100,0	136	100,0

Fontes: DIAP (1988)/Diários da Assembléia Nacional Constituinte/Câmara dos Deputados (1989)

Para solucionar este problema, cruzamos os dados das várias fontes, tomando por base o número de parlamentares que votaram a favor da emenda substitutiva nº. 1, que alterou a ordem dos trabalhos constituintes, possibilitando as vitórias políticas do “Centrão” no plenário constituinte (SOUZA, 2003: p. 45). Assim, quando obtivemos informações inequívocas de que os deputados e senadores constituintes não fizeram parte do “Centrão”, os excluimos de nosso universo estatístico, procedendo de maneira contrária quando não encontramos tais evidências. Dessa forma, utilizando esses critérios, obtivemos ao todo

¹¹ O verbete do DHBB sobre o “Centrão” não fornece nenhuma listagem dos integrantes desse agrupamento político.

313 constituintes que fizeram parte do “Centrão”, assim distribuídos pelos vários partidos:

Tabela 3: “Centrão” e demais grupos políticos na Constituinte (por partidos, cargos e região de origem)

	Centrão		Direita-não-centrão		Esquerd a		PMDB-não-centrão		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cargos										
Senador	30	41,7	8	11,1	3	4,2	31	43,1	72	100,0
Deputado	283	55,0	27	5,2	52	10,1	153	29,7	515	100,0
Total	313	53,3	35	6,0	55	9,4	184	31,3	587	100,0
Partidos										
PMDB	134	42,8	0	0,0	0	0,0	184	100,0	318	54,2
PFL	114	36,4	25	71,4	0	0,0	0	0,0	139	23,7
PDS	32	10,2	3	8,6	0	0,0	0	0,0	35	6,0
PDT	1	0,3	0	0,0	25	45,5	0	0,0	26	4,4
PTB	19	6,1	3	8,6	0	0,0	0	0,0	22	3,7
PT	0	0,0	0	0,0	16	29,1	0	0,0	16	2,7
PL	6	1,9	3	8,6	0	0,0	0	0,0	9	1,5
PDC	6	1,9	1	2,9	0	0,0	0	0,0	7	1,2
PSB	0	0,0	0	0,0	6	10,9	0	0,0	6	1,0
PCdoB	0	0,0	0	0,0	5	9,1	0	0,0	5	0,9
PCB	0	0,0	0	0,0	3	5,5	0	0,0	3	0,5
PTR	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Região										
Centro-Oeste	34	10,9	4	11,4	3	5,5	15	8,2	56	9,5
Nordeste	104	33,2	16	45,7	9	16,4	58	31,5	187	31,9
Norte	46	14,7	1	2,9	5	9,1	11	6,0	63	10,7
Sudeste	89	28,4	11	31,4	32	58,2	58	31,5	190	32,4
Sul	40	12,8	3	8,6	6	10,9	42	22,8	91	15,5
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

Como o objetivo do artigo é contrastar os padrões de recrutamento e de comportamento político do “Centrão” em comparação

como outros grandes grupamentos supra (“esquerda”, “direita não filiada ao Centrão”) e infrapartidários (“PMDB não integrado ao Centrão”) que atuaram na constituinte, adotaremos a seguinte classificação para organizar os dados analisados:¹² (i) os peemedebistas não pertencentes ao “Centrão” (que simplifadamente podemos considerar a ala “esquerda” do partido); (ii) os constituintes de esquerda (PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB); (iii) políticos de partidos de direita que não integraram formalmente o “Centrão” (PFL, PDS, PTB, PL); (iv) parlamentares atuantes no “Centrão”, inferidos a partir do cruzamento das fontes anteriormente indicadas. Essa classificação busca apreender as linhas de força dos principais blocos políticos formados na Constituinte após o envio do projeto da Comissão de Sistematização ao plenário e a subsequente formação do “Centrão”.

Operando com estes critérios, realizamos cruzamentos para caracterizar os padrões de recrutamento e de comportamento do “Centrão” *vis-à-vis* outras correntes significativas presentes na Assembléia Constituinte. Dos 587 constituintes pesquisados em nossa base de dados (incluindo titulares e suplentes empossados durante os trabalhos constituintes e que participaram das votações nominais), encontramos evidências de pertencimento ao “Centrão” entre 313 deles, distribuídos por uma ampla gama de partidos¹³. Com efeito, os dados acima corroboram a visão do “Centrão” como um movimento pluripartidário formado basicamente por partidos de centro-direita e por

¹² Os critérios que adotamos para a classificação dos partidos políticos e sua agregação em correntes político-ideológicas são inspirados nos trabalhos publicados durante o processo constituinte, especialmente os de Leôncio Rodrigues (RODRIGUES, 1987) e David Fleischer (FLEISCHER, 1988).

¹³ Devemos reconhecer que estes dados podem estar ligeiramente superestimados, pois maior precisão exigiria também a análise dos discursos e declarações registrados nos Diários da ANC.

parcela significativa do PMDB. Deve-se observar também que, embora sejam divergentes os números e percentuais corretos de parlamentares que se inseriram no “Centrão”, a maioria absoluta do PMDB não pertenceu a tal movimento.

Pela tabela 3, podemos verificar também que, dentre os partidos representados na Constituinte de 1988, os que tiveram maiores percentuais de parlamentares que atuaram no “Centrão” foram o PDS, com 32 de seus deputados e senadores integrando as fileiras do “Centrão” (91,4%), seguido do PTB (com 86,4% de seus constituintes fazendo parte do “Centrão”), do pequeno PDC (85,7%) e do PFL (82,0%). O PMDB, por sua vez, contribuiu com cerca 134 de seus 318 parlamentares para o “Centrão”, num total de 42,1% dos parlamentares de sua legenda, um número que, apesar de significativo, não chega a ser a maioria da agremiação.

Isto posto, procuraremos em seguida apreender as características do “Centrão” *vis-à-vis* outros grupamentos de parlamentares a partir das seguintes variáveis ou dimensões básicas: (i) o perfil social do “Centrão”, contrastando com outros agrupamentos, tanto em relação aos “atributos naturais” dos parlamentares que dele fizeram parte, como dos atributos “adquiridos”; ¹⁴(ii) a trajetória política pregressa dos membros do “Centrão”, especialmente as filiações partidárias anteriores e vínculos com o regimento militar; (iii) as várias dimensões do comportamento político de parlamentares vinculados ao “Centrão”, tal como mensurado por questionários e *surveys* aplicados aos deputados por ocasião do processo constituinte, as avaliações feitas por organismos sindicais aos

¹⁴ Entendem-se por atributos naturais os fatores políticos herdados, e os atributos adquiridos os fatores alcançados no decorrer da carreira, conforme distinção ente atributos inatos e adquiridos, realizada por Suzanne Keller (1968).

deputados, assim como o comportamento dos parlamentares vinculados ao “Centrão” em algumas votações estratégicas ocorridas durante o processo constituinte.

Padrões de recrutamento do “Centrão” *vis-à-vis* outras correntes relevantes: perfil social e carreira política

Quais os perfis de recrutamento dos principais agrupamentos políticos existentes na Assembléia Nacional Constituinte (ANC/87)? No tocante aos “atributos inatos” do perfil social dos deputados e senadores constituintes, ou seja, aqueles que independem dos processos de socialização pelos quais passaram os parlamentares após a data de seu nascimento, temos o seguinte quadro social:

Tabela 4: Perfil social do “Centrão”: atributos inatos

	“Centrão”		“Direita-não-Centrão”		Esquerda		“PMDB-não-Centrão”		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo:										
Masculino	304	97,1	32	91,4	48	87,3	180	97,8	564	96,1
Feminino	9	2,9	3	8,6	7	12,7	4	2,2	23	3,9
	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Faixa Etária:										
Menor que 35	17	5,4	1	2,9	3	5,5	19	10,3	40	6,8
Entre 35 e 45	76	24,3	11	31,4	23	41,8	53	28,8	163	27,8
Entre 45 e 55	120	38,3	12	34,3	18	32,7	61	33,2	211	35,9
Maior que 55	90	28,8	11	31,4	11	20,0	43	23,4	155	26,4
S/I	10	3,2	0	0,0	0	0,0	8	4,3	18	3,1
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Nasceram no mesmo estado pelo qual foram eleitos:										
Sim	226	72,2	26	74,3	34	61,8	145	78,8	431	73,4
Não	76	24,3	9	25,7	21	38,2	29	15,8	135	23,0
S/I	11	3,5	0	0,0	0	0,0	10	5,4	21	3,6
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

As características inatas dos congressistas de cada um dos blocos parlamentares acompanham a composição do Congresso Constituinte como um todo. Ou seja, salvo para os casos mencionados abaixo, a tendência de cada bloco parlamentar é representar de forma mais ou menos próxima a composição geral do Congresso.

Embora a presença das mulheres tenha sido bastante baixa entre os constituintes, observa-se que os partidos de esquerda apresentam-se como aqueles mais permeáveis à sua presença, o que não chega a ser uma regra, visto que os partidos de direita “não-Centrão” também

apresentaram uma quantidade de mulheres acima da média do Congresso.

No que diz respeito à idade, observa-se que as bancadas acompanham quase que perfeitamente a composição global da Casa. Ou seja, se para o Congresso a faixa etária dos 35 aos 45 anos é a mais expressiva, cada uma das bancadas segue essa média, o que também ocorre com o desvio dessa média entre as demais faixas de idade apresentadas.

Diferenças importantes são observadas quando se olha para a região de origem dos membros dos blocos parlamentares: no bloco “Direita-não-Centrão” a presença de parlamentares eleitos no nordeste é bastante expressiva (45,7%), e é baixa a presença daqueles eleitos pelo sudeste (16,4%). Paralelamente, o bloco “esquerda” é composto por quadros advindos majoritariamente da região sudeste do país (58,2%).

Uma vez analisados os “atributos inatos” dos parlamentares do “Centrão”, podemos agora examinar brevemente alguns dos “atributos adquiridos” de tais elites, para os quais obtivemos e sistematizamos informações para o presente texto, tais como nível educacional, estado civil, profissões e estrato social¹⁵. Estas informações nos são fornecidas na tabela abaixo:

Tabela 5: Perfil do “Centrão”: atributos adquiridos¹⁶

	“Centrão”		“Direita-não-Centrão”		Esquerda		“PMDB-não-Centrão”		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Escolaridade:										
Superior	282	90,1	31	88,6	50	90,9	164	89,1	527	89,8
Superior incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1,1	2	0,3
Secundário	9	2,9	1	2,9	4	7,3	3	1,6	17	2,9
Primário	3	1,0	1	2,9	0	0,0	1	0,5	5	0,9
S/i	19	6,1	2	5,7	1	1,8	14	7,6	36	6,1
Estado Civil:										
Casados	253	80,8	30	85,7	47	85,5	154	83,7	484	82,5
Solteiros	14	4,5	2	5,7	4	7,3	10	5,4	30	5,1
Divorciados	14	4,5	2	5,7	3	5,5	5	2,7	24	4,1
Viúvos	6	1,9	0	0,0	0	0,0	1	0,5	7	1,2
S/i	26	8,3	1	2,9	1	1,8	14	7,6	42	7,2
Profissões:										
Empresários urbanos e rurais	129	41,2	11	31,4	7	12,7	40	21,7	187	31,9
Professores	55	17,6	9	25,7	18	32,7	40	21,7	122	20,8
Profissões liberais tradicionais	57	18,2	5	14,3	10	18,2	34	18,5	106	18,1
Setor público	52	16,6	9	25,7	11	20,0	52	28,3	124	21,1
Pastor	2	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3
Trabalhadores manuais	0	0,0	0	0,0	3	5,5	1	0,5	4	0,7
Outras profissões	8	2,6	1	2,9	6	10,9	9	4,9	24	4,1
S/i	10	3,2	0	0,0	0	0,0	8	4,3	18	3,1
Estrato social:										
Empresários rurais	19	6,1	4	11,4	2	3,6	13	7,1	38	6,5
Empresários urbanos	110	35,1	7	20,0	5	9,1	27	14,7	149	25,4
Altas camadas médias-setor privado	73	23,3	7	20,0	21	38,2	57	31,0	158	26,9
Altas camadas médias-setor público	72	23,0	14	40,0	13	23,6	67	36,4	166	28,3

¹⁶ Os critérios aplicados para classificar os atributos adquiridos dos diferentes subgrupos de parlamentares são uma versão ligeiramente modificada das variáveis aplicadas por Leôncio Martins Rodrigues em seu estudo sobre a classe política brasileira (RODRIGUES, 2006).

Baixas camadas médias	28	8,9	3	8,6	9	16,4	12	6,5	52	8,9
Trabalhador manual	0	0,0	0	0,0	5	9,1	0	0,0	6	1,0
S/i	11	3,5	0	0,0	0	0,0	8	4,3	18	3,1
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

Quando começamos a analisar a composição da ANC/87 pelos vários tipos de informações de *background*, as diferenças entre os blocos ideológicos aparecem de forma mais saliente. O primeiro item da tabela acima que chama a atenção é o referente à escolaridade dos parlamentares. Embora o nível de escolaridade das bancadas tenda a seguir a média observada na composição global da Constituinte (qual seja, cerca de 90% com ensino superior completo), entre os partidos de esquerda é onde se observa um acréscimo de parlamentares com apenas educação secundária completa (7,3%), dado ligeiramente superior à média da ANC (2,9%), e superior às médias das demais bancadas.

Não é um incremento substantivo (sobretudo porque a média dos diplomados em curso superior é muito parecida para todas as bancadas), mas deve ser levado em conta porque parece indicar a presença, dentre os partidos de esquerda, de uma parcela significativa de *trabalhadores manuais*, fato que não acontece (com exceção de um caso na bancada “PMDB-não-Centrão”) nos demais blocos ideológicos.

De fato, ao observar o padrão de composição profissional dos blocos entre si, sobressai esta informação: dos quatro casos de trabalhadores manuais, 3 se encontram no bloco da esquerda. Embora numericamente residual, tal informação sugere que o acesso deste

subgrupo às instituições representativas, no período analisado, quando ocorreu, foi predominantemente por meio de partidos de esquerda.¹⁷

Maior inteligibilidade começa a surgir deste cruzamento entre segmentos sócio-ocupacionais e blocos ideológicos na observação da categoria *empresários*. Tal segmento profissional é responsável por fornecer 41,2% dos membros do “Centrão”, ao passo que fornece apenas 12,7% dos parlamentares da esquerda¹⁸. Outro dado que destaca a composição profissional dos partidos de esquerda é a presença dos *professores*. A média global do Congresso de 20% é acompanhada pelas bancadas “Centrão”, “Direita-não-Centrão” e “PMDB-não-Centrão”, com pequenas diferenças, mas sua presença sobe para 32,7% no bloco de esquerda.

No tocante aos dados até agora obtidos sobre a trajetória política de cada um dos agrupamentos analisados, eles são dados pela tabela seguinte:

¹⁷ Deve-se esclarecer que na tabela 5 foram computadas apenas as profissões para as quais foram coletadas evidências de que foi a principal profissão exercida por cada parlamentar.

¹⁸ Note-se que a média de *empresários* presentes na Constituinte como um todo é de 31,9%, dado que reforça que este é um segmento com ampla presença no interior do Legislativo, excetuando-se os partidos de esquerda formados geralmente por profissionais oriundos dos estratos médio e médio alta.

Tabela 6: Perfil do “Centrão”: trajetória política

	“Centrão”		“Direita-não-Centrão”		Esquerda		“PMDB-não-Centrão”		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vínculos com partidos do regime militar (1964-1985):										
Arena/PDS	181	57,8	25	71,4	5	9,1	23	12,5	234	39,9
MDB/PMDB, pré-1986	97	31,0	3	8,6	25	45,5	142	77,2	267	45,5
Nenhum deles	26	8,3	7	20,0	25	45,5	13	7,1	71	12,1
s/i	9	2,9	0	0,0	0	0,0	6	3,3	15	2,6
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Filiação posterior a PSDB/PT:										
PSDB	25	8,0	9	25,7	5	9,1	54	29,3	93	15,8
PT	5	1,6	0	0,0	19	34,5	2	1,1	26	4,4
Nenhum deles	283	90,4	26	74,3	31	56,4	128	69,6	468	79,7
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Exercício de atividades associativas:										
Sim	123	39,3	18	51,4	38	69,1	63	34,2	242	41,2
Não	180	57,5	17	48,6	17	30,9	113	61,4	327	55,7
s/i	10	3,2	0	0,0	0	0,0	8	4,3	18	3,1
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Exercício de atividades sindicais:										
Sim	29	9,3	1	2,9	10	18,2	11	6,0	51	8,7
Não	274	87,5	34	97,1	45	81,8	165	89,7	518	88,2
s/i	10	3,2	0	0,0	0	0,0	8	4,3	18	3,1
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

Vimos que, a partir dos dados obtidos em nossa pesquisa, existem diferenças significativas entre o “Centrão” e outros agrupamentos atuantes na Constituinte de 1987 no tocante à sua trajetória política, destacando-se o alto peso de parlamentares oriundos do sistema partidário vigente no regime militar, e de partidos como Arena/PDS (57,8%) e também o elevado percentual de parlamentares vinculados ao MDB-PMDB (31,0%). Também pode ser tomado como um indicador do grau de renovação das elites parlamentares brasileiras a partir da

Constituinte, o fato de um baixo percentual de parlamentares ter se filiado a dois dos mais importantes partidos políticos consolidados desde então (PSDB e PT).

Comportamento político do “Centrão”: campo ideológico X defesa dos interesses dos trabalhadores em votações nominais

Para tentar caracterizar o comportamento do “Centrão” e definir melhor as forças e atores sociais que atuavam por seu intermédio, iremos examinar os seguintes tipos de variáveis de comportamento de tais elites parlamentares: (i) avaliações e aplicações de *surveys* feitos por órgãos da imprensa e pesquisadores acadêmicos por ocasião da constituinte; (ii) votações envolvendo direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores; (iii) votações sobre temas referentes à Ordem Econômica e matérias econômicas e financeiras; (iv) questões institucionais e políticas, tais como sistema de governo e duração do mandato. Portanto, queremos saber como o “Centrão” se posicionou em plenário durante as votações mais polêmicas, a fim de melhor caracterizar o perfil político-ideológico e o comportamento parlamentares deste grupo em comparação com outros atores políticos atuantes na Constituinte.

No tocante à avaliação de parlamentares do “Centrão” feitas por órgãos da imprensa e outros autores, os dados são expostos na tabela abaixo.

Tabela 7: Perfil do “Centrão”: avaliações dos constituintes

	“Centrão”		“Direita-não-Centrão”		Esquerda		“PMDB-não-Centrão”		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Avaliação Final do DIAP (1988)										
Menor que 2,5	152	48,6	4	11,4	0	0,0	5	2,7	161	27,4
Entre 2,5 e 5	79	25,2	9	25,7	0	0,0	19	10,3	107	18,2
Entre 5 e 7,5	45	14,4	11	31,4	2	3,6	68	37,0	126	21,5
Maior que 7,5	24	7,7	7	20,0	53	96,4	72	39,1	156	26,6
S/i	13	4,2	4	11,4	0	0,0	20	10,9	37	6,3
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Lima (2002)										
Direita	170	54,3	8	22,9	0	0,0	5	2,7	183	31,2
Centro-Direita	97	31,0	15	42,9	1	1,8	29	15,8	142	24,2
Centro	19	6,1	2	5,7	2	3,6	40	21,7	63	10,7
Centro-Esquerda	15	4,8	6	17,1	3	5,5	55	29,9	79	13,5
Esquerda	1	0,3	3	8,6	49	89,1	42	22,8	95	16,2
S/i	11	3,5	1	2,9	0	0,0	13	7,1	25	4,3
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Folha de São Paulo (1987)										
Direita	57	18,2	5	14,3	1	1,8	4	2,2	67	11,4
Centro-Direita	103	32,9	14	40,0	1	1,8	9	4,9	127	21,6
Centro	109	34,8	9	25,7	3	5,5	54	29,3	175	29,8
Centro-Esquerda	21	6,7	3	8,6	18	32,7	80	43,5	122	20,8
Esquerda	2	0,6	1	2,9	32	58,2	16	8,7	51	8,7
s/i	21	6,7	3	8,6	0	0,0	21	11,4	45	7,7
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0
Leôncio M. Rodrigues (1987)										
Centro-Direita	19	6,1	0	0,0	1	1,8	0	0,0	20	3,4
Centro	126	40,3	16	45,7	2	3,6	9	4,9	153	26,1

Centro- Esquerda	81	25,9	9	25,7	30	54,5	102	55,4	222	37,8
Esquerda	2	0,6	0	0,0	16	29,1	4	2,2	22	3,7
s/i	85	27,2	10	28,6	6	10,9	69	37,5	170	29,0
Total	313	100,0	35	100,0	55	100,0	184	100,0	587	100,0

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

De fato, observando a tabela 7, acima, fica evidente a existência de associação entre pertencimento ao Centrão e inclusão no campo da “direita” nas diversas avaliações sobre o comportamento político dos parlamentares publicadas proximamente à realização da Constituinte à exceção do estudo de Leôncio Martins Rodrigues, onde um pequeno percentual de parlamentares do “Centrão” se auto-definiu como centro-direita (6,7%). Também há coerência entre os partidos de esquerda e a imputação feita por analistas do comportamento dos parlamentares segundo o espectro ideológico.

Esse acentuado grau de coerência ideologia entre os atores político-partidários atuantes na Constituinte fica mais visível se observamos o comportamento das correntes acima delimitadas nas principais votações incluídas no perfil do DIAP, dada pela tabela abaixo.

Tabela 8: Comportamento político do “Centrão”: votações do DIAP (1998)¹⁹

	“Centrão”		Direita- não- ”Centrão”		Esquerda		PMDB- não ”Centrão”		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diap: primeiro turno										
Favorável à estabilidade	25	8,0	7	20,0	54	98,2	65	35,3	151	25,7
Favorável às 40 horas	40	12,8	11	31,4	53	96,4	89	48,4	193	32,9
Favorável ao turno de 6 horas	103	32,9	21	60,0	54	98,2	146	79,3	324	55,2
Favorável ao salário mínimo real	134	42,8	20	57,1	55	100,0	140	76,1	349	59,5
Favorável à férias com 1/3 do salário	152	48,6	28	80,0	53	96,4	136	73,9	369	62,9
Favorável ao piso salarial	145	46,3	22	62,9	55	100,0	152	82,6	374	63,7
Favorável ao direito de greve	200	63,9	26	74,3	52	94,5	154	83,7	432	73,6
Favorável ao aviso prévio	115	36,7	24	68,6	53	96,4	127	69,0	319	54,3
Favorável à Comissão de Fábrica	18	5,8	4	11,4	51	92,7	75	40,8	148	25,2
Diap: segundo turno										
Favorável à unicidade sindical	149	47,6	11	31,4	35	63,6	143	77,7	338	57,6
Favorável ao presidencialismo	251	80,2	14	40,0	39	70,9	37	20,1	341	58,1
Mandato de 5 anos para Sarney	264	84,3	14	40,0	0	0,0	48	26,1	326	55,5
Aposentadoria proporcional	209	66,8	31	88,6	52	94,5	120	65,2	412	70,2
Reforma agrária	48	15,3	17	48,6	54	98,2	147	79,9	266	45,3

¹⁹ Essa tabela foi organizada a partir das votações selecionadas pelo DIAP para avaliar e atribuir “notas” aos Constituintes durante o processo de elaboração constitucional. Embora tivéssemos acesso à base de dados sobre votações nominais organizada pelos profs. Barry Ames e Timothy Power (AMES & POWER, 1990) por questões de espaço optamos por não utilizar estes dados para o presente artigo.

Direito de greve servidor público	75	24,0	18	51,4	45	81,8	117	63,6	255	43,4
Defensor do povo	51	16,3	14	40,0	48	87,3	76	41,3	189	32,2
Monopólio da distribuição de Petróleo	24	7,7	8	22,9	49	89,1	77	41,8	158	26,9

Fonte: Grupo de Pesquisa Legislativo e Instituições Políticas (UFPR)

Deve-se observar que nas votações nominais era necessário o voto favorável de 280 parlamentares em qualquer matéria, ou seja, mais da metade da composição do congresso constituinte para a aprovação de uma emenda. Assim, uma estratégia freqüente de parlamentares do “Centrão” foi a de ausentar-se das votações diminuindo o custo político da rejeição das políticas em deliberação, e transferindo para as bancadas adversárias o ônus de conseguir a maioria dos congressistas para aprovar as proposições. Esse fato, se por um lado subdimenciona o grau de coesão interna desse agrupamento parlamentar, por outro lado não é suficiente para impedir que apreendamos seu grau de proximidade ou distância ideológica em relação a outras correntes atuantes na Constituinte.

Com efeito, através de tais dados podemos observar que, apesar de ter se unificado com mais intensidade em questões político-institucionais tais como o mandato de 5 anos para Sarney (com 84,3% de seus integrantes votando favoravelmente) e a adoção do sistema presidencialista de governo (80,2% favoráveis), o “Centrão” comportou-se de maneira coesa e simetricamente oposta a outras forças atuantes na constituinte também em votações referentes aos direitos sociais dos trabalhadores (apenas 8,0% de seus integrantes favoráveis a estabilidade e 5,8% às comissões de fábrica, contra 98,2% e 92,7% da esquerda, respectivamente), e à questões econômico-financeiras (apenas 7,7% favoráveis ao monopólio da distribuição do petróleo, e 15,3% à reforma

agrária, contra 89,1% da e 98,2 das esquerdas, respectivamente). Assim, a preferência por determinados formatos político-institucionais naquela conjuntura não estava inteiramente desvinculada das preferências por determinado padrão de organização sócio-econômica, evidenciando que as escolhas institucionais não “pairam no ar” mas articulam-se às estratégias de organização societal preferidas pelos diferentes atores políticos, embora as relações entre estas duas dimensões (estratégias institucionais e preferências por um modelo societal) não sejam simples nem diretas conforme pode ser evidenciado pela variação dos percentuais constantes na tabela acima.

Por fim, lançamos mão de uma regressão linear para medir o que implicou ser signatário do “Centrão” e a dimensão ideológico-partidária *vis-à-vis* ao resultado das avaliações realizadas pelo DIAP. Aplicamos também variáveis de controle por região do país já que constatamos que a região sudeste, contribuindo com mais de 50% da bancada identificada como de esquerda na Assembléia é, sem dúvida, diferente das demais. O resultado, estatisticamente significativo com apenas 1 grau de liberdade, aponta que ser signatário do “Centrão” reduzia a média final do parlamentar em 3,38 pontos na escala de avaliação do DIAP (0 a 10). Os dados do teste, de acordo com a variável categórica do espectro partidário (Partido 5 fatores), também sugerem que para cada aumento no nível dos fatores (1 esquerda, 2 centro-esquerda, 3 centro, 4 centro-direita e 5 direita) o parlamentar perdia em média 1 ponto na nota final do DIAP. Assim, ser signatário do “Centrão” somado ao pertencimento a um partido considerado de direita, levaria a um desconto na média de 7,5 pontos ($-3,38 + 1(-4) = -7,38$). Por outro lado, no que percebemos da variação geográfica ela foi estatisticamente significativa em relação ao desempenho parlamentar, medido aqui pela nota atribuída pelo DIAP.

Contudo, olhando um pouco mais de perto, o assomo interpretativo é de que os parlamentares representantes do Centro-Oeste, Sudeste e Sul tiveram melhores notas, e entre estes, a região Sul foi a melhor – a única com resíduo maior do que o erro-padrão.

Tabela 9: Regressão linear contra a avaliação final do DIAP (1998)

Nota (0-10)	Coef. OLS
Centrão ²⁰	-3.38*** (0.215)
Partido 5 fatores	-1.04*** (0.098)
Centro-Oeste	0.34 (0.406)
Nordeste	0.19 (0.327)
Norte	excluída
Sudeste	0.31 (0.326)
Sul	0.41 (0.370)
Constant	10.00*** (0.418)
Observations	559
R-squared	0.57
Adj. R-squared	0.56

Standard errors in parentheses

***** p<0.001, ** p<0.01, * p<0.05, + p<0.10**

²⁰ A variável “Centrão” aqui é o resultado do nosso esforço de identificação e refinamento dos parlamentares que dele fizeram parte (313 parlamentares).

CONCLUSÕES

Consideramos que o estudo de um agrupamento como o Centrão muito nos diz sobre a forma de funcionamento da democracia brasileira e dos seus órgãos legislativos, bem como das características específicas da transição do regime autoritário para a nova trajetória democrática brasileira, o que demanda outros estudos para uma compreensão mais aprofundada da atuação deste grupo. Vimos que parlamentares de várias agremiações, em grande parte de regiões com menor IDH do país — o chamado “baixo clero” da Câmara dos Deputados — se rebelou contra o controle da Grande Comissão, preponderantemente composta por parlamentares de centro-esquerda de concepção mais modernizante do processo político, principalmente recrutados nas regiões sudeste e sul do país. Vimos também que tais correntes político-ideológicas tinham bases sociais distintas, com o “Centrão” sendo integrado basicamente por parlamentares mais estritamente vinculados ao regime autoritário anterior, assim como a segmentos empresariais, tanto urbanos como rurais. Agreguemos que essa defasagem programática entre as preferências do parlamentar mediano na Comissão de Sistematização e o parlamentar mediano em Plenário foi a nosso ver a causa fundamental da formação do “Centrão”, e não apenas questões conjunturais relacionadas à duração do mandato ou a preferência por determinado sistema de governo. Ou, por outra: embora razões de ordem político-institucional (defesa do presidencialismo e do mandato presidencial de 5 anos) tenham sido os causadores imediatos e primários da formação e unidade do “Centrão”, essas preferências institucionais estiveram associadas a um certo grau de conservadorismo em questões sociais e econômico-financeiras, motivo pelo qual levar em conta essa dimensão “societal”

das escolhas institucionais também é importante para uma compreensão mais abrangente da atividade política de um agrupamento como o “Centrão”.

Analisar de maneira detalhada todas as dimensões deste fenômeno permanece um desafio para os analistas políticos. Também permanece um desafio reconstituir os mecanismos pelos quais o “Centrão” se desagregou logo após a Constituinte, embora o espectro do *slogan* fundamental pelo qual ficou conhecido (o famoso “é dando que se recebe”), continue rondando o sistema político brasileiro e a qualidade de sua democracia. Retomar todos estes problemas em maior grau de profundidade implica refinar os instrumentos de coleta e de análise dos dados sobre o *background* e a trajetória dos parlamentares, e articulá-los à análise do desempenho e do comportamento efetivo das várias categorias e subgrupos de políticos, nas várias dimensões em que se estrutura sua ação parlamentar (recrutamento, valores, obediência às normas coletivas e comportamento efetivo). O que nos remete, em última análise, às relações que se estabelecem, em cada fenômeno político concreto, entre as características das elites sociopolíticas e o funcionamento efetivo das regras institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMES, B.; POWER, T. *Research Guide to roll-call voting in Brazil's Constituent Assembly, 1987-1988*. December 1990. Documento em pdf.
- BAAKLINI, A. (1993), *O Congresso e o sistema político do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BASTOS, V.; COSTA, T. (1987), *Constituinte: temas em análise*. Brasília: Cadernos CEAC.

- BOHN, S. (2006), Ainda o velho problema da distorção da representação dos estados na Câmara dos Deputados. In: SOARES, G. A.; RENNÓ, L. (Orgs.). *Reforma Política; lições da história recente..* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p. 193-227.
- BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. (1989), *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (1987). *Diários da Assembléia Nacional Constituinte*. Novembro de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- _____. (1989), *Assembléia Nacional Constituinte, 1987: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 936 p. p.
- COELHO, J. G. L.; OLIVEIRA, A. C. N. DE. (1989), *A nova constituição. Avaliação do texto e perfil dos constituintes*. Rio de Janeiro: Revan.
- CORREIO BRASILIENSE. (1987), Perfil dos eleitos. Correio Brasiliense, Brasília, 18 a 21 de janeiro .
- DIAP/DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. (1988), *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo: Oboré.
- DREIFUSS, R. (1989), *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI F. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV.
- FLEISCHER, D. (1988), Perfil Socio-Economico e Politico da Constituinte. In: Guran. (Org.). *O Processo Constituinte, 1987-1988*. Brasília: AGIL/CEAC/Univ. de Brasília, v. , p. 29-40.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (1987), Os eleitos; quem é quem na Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jan.
- FREITAS, R.; MOURA, S.; MEDEIROS, D. (2009), *Procurando o Centrão: direita e esquerda na Assembléia Constituinte de 1987-88*. Caxambu/MG: Anpocs. Concurso Anpocs-Fundação Ford. Melhores trabalhos sobre a Constituição de 1988.
- JORNAL DO BRASIL. (1986), Perfil do Congresso Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de novembro .
- KINZO, M. D. G. (1989), O quadro partidário e a constituinte. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 91-123, mar.
- _____. (1993), *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer.

- LIMA, L. P. M. (2002), *A atuação da esquerda no processo constituinte (1986-1988)*. Campinas, 2002. 353 f. Dissertação de Mestrado - IFCH/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.
- _____. (2009), *A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- MADEIRA, R. M. (2006), *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. Porto Alegre, 2006. 207 f. Doutorado - Programa de pós-graduação em Ciência Política, UFRGS.
- _____. (2006), *A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na Constituinte: histórico partidário e atuação em algumas das principais votações em plenário*. Belo Horizonte: ABCP/Associação Brasileira de Ciência Política, 2006. 20 p. Paper apresentado no 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.
- MAINWARING, S.; LINÑAN, A. P. (1998), Disciplina partidária: o caso da Constituinte. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, São Paulo, v. 44, p. 107-136, .
- MARENCO, A. (2000), *Não se fazem mais oligarquias como antigamente; recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Porto Alegre, 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - PPG Ciência Política, UFRGS.
- _____; SERNA, M. (2007), Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 93-113, jun. .
- MESSEMBERG, D. (2002), *A Elite Parlamentar do pós-constituinte: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2007), A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, mai./ago. .
- PILATTI, Adriano. (2008), *A Constituinte de 1987-1988 – Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris/PUC-Rio.
- POWER, T. J. (2000), *The political right in postauthoritarian Brazil*. Pensilvania: Pensilvania University Press.
- RODRIGUES, L. M. (1987), *Quem é quem na Constituinte; uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp/Maltese.
- _____. (2002), Partidos, ideologia e composição social. *RBCS/Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, fev.

- _____. (2006), *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.
- SANTOS, W. G. (2003), *O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ.
- SEMPREL. (1987), *Perfil da Constituinte*. Brasília: Semprel/Datilografado.
- SOUZA, M. T. (2003), O processo decisório na Constituição de 1988: práticas institucionais. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, São Paulo, v. 58, p. 38-59.